

Coprodução de conhecimentos entre mulheres rurais: caminhos para o reconhecimento feminino no meio rural

*Co-production of knowledge among rural women:
paths to female recognition in rural areas*

Alessandra Matte^a

Verônica Bogado Camporezi^b

Talia Callegaro de Jesus^c

Gabriela Litre^d

Márcia de Fátima de Moraes^e

Anderson Brilhador^f

^a Doutora em Desenvolvimento Rural, Professora, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas (PPGSIS), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Santa Helena, PR, Brasil
E-mail: amatte@utfpr.edu.br

^b Graduanda em Agronomia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Santa Helena, PR, Brasil
E-mail: veronicacamporezi23@hotmail.com

^c Graduanda em Agronomia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Santa Helena, PR, Brasil
E-mail: taliacallegaro@hotmail.com

^d Doutora em Geografia e Ordenamento Territorial Urbano, Pesquisadora Associada, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília (CDS/UnB), DF, Brasil e Pesquisadora Visitante Sênior, Université de Montpellier, França
E-mail: gabrielalitre@yahoo.com

^e Mestre em História, Pesquisadora, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil
E-mail: marciamoraesfa@gmail.com

^f Mestre em Informática, Professor, Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Santa Helena, PR, Brasil
E-mail: brilhador@utfpr.edu.br

doi:10.18472/SustDeb.v12n2.2021.37700

Received: 27/04/2021
Accepted: 07/07/2021

ARTICLE – VARIA

RESUMO

Este artigo explora o potencial das redes de diálogo como ferramentas de valorização das mulheres rurais e de superação da tradicional marginalização destas no campo. A hipótese norteadora é a de que, quando dadas as oportunidades de coproduzir soluções de maneira participativa e em um ambiente propício, as mulheres conseguem articular e expressar seus desafios e visualizar futuros desejáveis. Os resultados confirmam essa hipótese na medida em que as mulheres vivenciam e executam essas premissas nos espaços de diálogo estabelecidos. As recomendações são para o fomento de ações e políticas que propiciem ambientes em que mulheres possam ressignificar seu papel na sociedade e no núcleo familiar.

Palavras-chave: Autonomia. Empoderamento. Inclusão. Agentes de desenvolvimento. Valor produtivo.

ABSTRACT

This article explores the potential of dialog networks as tools for valuing rural women and overcoming the traditional marginalization of rural women in the countryside. The guiding hypothesis is that when given opportunities to coproduce solutions in a participatory manner and in an enabling environment, women are able to articulate and express their challenges and visualize desirable futures. The results confirm this hypothesis to the extent that women experience and execute these premises in the established spaces of dialog. The recommendations are for the promotion of actions and policies that provide environments in which women can reframe their role in society and in the family.

Keywords: Autonomy. Empowerment. Inclusion. Stakeholders. Productive value.

1 INTRODUÇÃO

O lugar que mulheres ocupam nos sistemas produtivos de diferentes estabelecimentos rurais é comumente menos valorizado que o dos homens, realidade acentuada entre a categoria social de agricultores familiares no Brasil (AMORIM; FIÚZA; PINTO, 2015; BUTTO *et al.*, 2014; COSTA; BEVILAQUA, 2018; SPANEVELLO *et al.*, 2021). Esse cenário é orientado, especialmente, por convenções culturais de hierarquia e de relações de poder, posicionando-as em uma espécie de sombra do companheiro. Em diferentes contextos mundiais se reconhece que a atuação das mulheres no campo é fundamental para a manutenção dos sistemas familiares produtivos, mas, dependendo das relações socioculturais às quais pertencem, elas são pouco valorizadas e reconhecidas em seu potencial de tomada de decisão, como encontrado no Uruguai (COURDIN; LITRE; CORREA, 2014; LITRE, 2015), no México (CAVALLOTTI VÁZQUEZ *et al.*, 2013; LISBOA; LUSA, 2010) e no Brasil (HERRERA, 2019; MORAES, 2020; SPANEVELLO; MATTE; BOSCARDIN, 2016; SPANEVELLO *et al.*, 2021), por exemplo. Particularmente, mulheres rurais são aqui entendidas como aquelas que têm sua vida entrelaçada ao meio rural, nos aspectos produtivos, reprodutivos e socioculturais, também encontrado na literatura como mulheres agricultoras ou mulheres do campo (SALES, 2007).

De acordo com a Organização para a Alimentação e a Agricultura das Nações Unidas (FAO/ONU), de maneira geral, as mulheres rurais trabalham mais que os homens, visto que, além do trabalho pago como produtoras ou agricultoras familiares, elas habitualmente são encarregadas de educação, cuidados e alimentação de seus filhos e, muitas vezes, das pessoas idosas ou em situação de dependência (ONU, 2019). Por outro lado, apesar dessa imagem de invisibilidade na produção, a realidade, mesmo que nem sempre reconhecida pelo sistema patriarcal, é que as mulheres têm protagonismo central no desenvolvimento nos núcleos familiares, nas atividades produtivas e nas comunidades rurais, uma vez que atuam nesses espaços desempenhando papéis de agregação e organização das atividades rurais (SILVA *et al.*, 2015; SPANEVELLO *et al.*, 2021).

Por isso, ações que englobem a temática de gênero, especialmente no contexto rural e em atividades diretamente relacionadas à produção de alimentos, figuram como contribuição para alcançar os

desafios dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o quinto deles, “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”. Assim, o desafio de uma estratégia de oficinas¹ bem-sucedida com esse público possibilita fornecer condições para que essas mulheres, e para que o seu entorno familiar e comunitário, percebam a importância de sua participação nas decisões e nas ações do grupo familiar. Com isso, o fato de essas mulheres poderem expressar suas experiências, de modo a terem suas vozes ouvidas, permite também que o processo de empoderamento ocorra a partir de suas próprias reflexões, isto é, a partir de como se percebem e entendem o mundo que integram, compreendendo sua importância, e consequente valorização na esfera rural.

Atualmente, de certa forma, ao menos uma parcela dessa população feminina já está sendo educada para investir em sua formação e assumir novos cargos e funções dentro da produção familiar (FAGUNDES; SPANEVELLO; MATTE, 2021; HORA; NOBRE; BUTTO, 2021). Apesar de essas tendências pontuais parecerem encorajadoras, estamos longe de descartar o cenário de masculinização do campo e de invisibilidade social que é o padrão dominante para muitas mulheres no meio rural. Assim, duas bases conceituais contribuem para a análise da atuação das mulheres rurais em suas comunidades e núcleos familiares, que compreendem a distinção entre espaço reprodutivo e produtivo, e a concepção de coprodução de conhecimentos. Comumente se trata o trabalho das mulheres rurais como tendo valor “reprodutivo”, que se refere à sua função de garantir as condições básicas para que a família possa ter sua funcionalidade, como, por exemplo, garantir que a família coma para que continue trabalhando; garantir que a roupa esteja costurada, lavada e passada para que a família continue se vestindo; garantir que a casa esteja limpa para preservar a saúde e que os demais membros da família continuem produzindo, etc.

Segundo Herrera (2017, p. 2), isso significa que o trabalho doméstico tem seu valor relacionado ao modo de produção capitalista, o que implica “ser considerado improdutivo, tendo em vista que o produto resultante desse esforço laborioso não se constitui em valor de troca e sim valor de uso”. A exemplo, em estudo sobre mulheres nas agroindústrias familiares de Santa Catarina, Boni (2005) aponta que no momento em que o produto resultante do trabalho comumente exercido por mulheres – como o processamento de alimentos (geleias, pães, doces, queijo) – passa a ser comercializado, esse migra para o campo produtivo, enquanto a mulher, sujeito da produção, permanece no reprodutivo.

O trabalho produtivo, por sua vez, compreende espaços em que mulheres atuam em atividades destinadas à troca do produto gerado por um valor monetário, cenário em que as mulheres rurais são frequentemente vistas como “ajudantes” (HERRERA, 2017; SPECHT, 2019), ou seja, o espaço ou valor produtivo trata-se de trabalho remunerado, enquanto o espaço reprodutivo é entendido no imaginário social² como “sem valor monetário”. A resignificação dessa concepção é um dos caminhos para transformar a invisibilidade das mulheres rurais em autonomia, na medida em que permite reconhecer seu papel nos sistemas sociais vigentes e o valor produtivo do trabalho feminino rural, com frequência não monetizado.

Conforme Specht (2019), essa alocação das mulheres a um espaço reprodutivo torna-se obstáculo à organização produtiva delas e restringe sua participação nos diferentes mercados, de modo que tais questões influenciam diretamente os processos de construção das condições de empoderamento. Aliado a esse entendimento, o conceito de coprodução representa um caminho para esse processo de mudança.

Cunhado inicialmente na década de 1980, pela pesquisadora indiana Sheila Jasanoff, o conceito de coprodução foi utilizado para tratar da produção de conhecimento dentro do campo dos Estudos Sociais da Ciência (PIMENTA, 2020). A pesquisadora entende que Ciência e sociedade se constituem reciprocamente, o que conduziu à realização de análises que “abarcam as dimensões políticas, culturais e legais da Ciência” (PIMENTA, 2020, p. 51). Jasanoff (2007, p. 33) esclarece que “a ciência fixa nossa atenção no conhecível, levando a uma dependência excessiva da descoberta de fatos. Mesmo quando os cientistas reconhecem os limites de suas próprias investigações [...]”. As pesquisas internacionais da autora permitem-na afirmar que é necessária a criação de métodos disciplinados para acomodar a parcialidade do conhecimento científico, clamando para que as “universidades ensinem modos de

conhecimento que muitas vezes são deixados de lado na expansão da compreensão científica e da capacidade tecnológica” (JASANOFF, 2007, p. 33).

Desde as contribuições de Jasanoff (1990, 2007), o conceito de coprodução de conhecimento tem sido utilizado como instrumento para fomentar a aproximação entre pesquisa e prática, o compartilhamento de experiências coletivas, e a valorização das trajetórias e conhecimentos (BARCELLOS, 2020; MOLNÁR *et al.*, 2020; POHL *et al.*, 2010). Para Armitage *et al.* (2011, p. 1001), coprodução de conhecimento consiste em um “processo colaborativo de reunir uma pluralidade de fontes e tipos de conhecimento para abordar um problema definido e construir uma compreensão integrada”. Portanto, um espaço de coprodução de conhecimento compreende a conjunção entre conhecimento local, tácito e tradicional, com ciência. De tal modo, desenvolver processos de coprodução de conhecimento abarca estabelecer rede de confiança entre os envolvidos para estabelecer tomada de decisão mais informada (FILIFE, *et al.*, 2017; HARVEY; COCHRANE; VAN EPP, 2019, MOLNÁR *et al.*, 2020). Nesse sentido, Lindoso *et al.* (2020) apontam que o uso do conceito de coprodução de conhecimento, quando orientado à solução de problemas locais, com enfoque em atores locais (em nosso caso, as mulheres rurais), permite resultados positivos ao promover a autonomia técnica e reflexiva dos atores participantes.

Diante disso, este estudo alia os conceitos de reconhecimento produtivo e coprodução de conhecimento para refletir e promover autonomia das mulheres rurais. Portanto, buscamos compreender como os processos de coprodução de conhecimento se traduzem em produtos ou resultados específicos em pesquisas aplicadas por meio de ações de extensão.

Por isso, para uma participação mais equitativa das mulheres rurais, assim como para as famílias em geral, o acesso à informação por meio de redes de diálogo, que gerem confiança e favoreçam a cocriação de soluções, mostra-se como uma chave para incentivar a permanência desse público no meio rural. Assim, por meio da observação participante, a pesquisa tece como propósito analisar, a partir da atuação junto a mulheres rurais, o processo de coprodução de conhecimento para a valorização produtiva dessa categoria social.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo trata do resultado da observação participante por meio do desenvolvimento de um projeto de extensão que tem como princípio norteador a coprodução de conhecimento, uma vez que os pesquisadores se envolveram no trabalho de forma cooperativa, baseados em processos de autorreflexão coletiva. Conforme Hernández Sampieri *et al.* (2000, p. 419), a observação não é uma mera contemplação, implica entrar profundamente em situações sociais e manter um papel ativo, assim como “uma reflexão permanente, atento aos detalhes, acontecimentos, eventos e interações”. Para os autores, a observação configura importante mecanismo de pesquisa para gerar hipóteses para futuros estudos. Em particular, as reflexões devem ocorrer durante o processo de pesquisa, não apenas e somente depois, como em uma pesquisa tradicional, por isso ela deve ser participativa.

Partindo desse entendimento, as atividades do projeto de extensão ocorreram no município de Santa Helena, no oeste do estado do Paraná, Brasil (Figura 1). O grupo de atores envolvidos na atividade foi constituído por uma docente e duas discentes da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) vinculadas ao curso de Agronomia, duas agentes do Centro de Referência de Assistência Social (Cras) do município, e por um grupo de mulheres rurais com histórico de atendimento pelo Cras. A escolha de um grupo preexistente para atuação parte do intuito de colaborar com processos de autonomia e combate às situações de vulnerabilidade em que essas mulheres se encontram por meio de processos de aprendizado, além de justificar a importância dessa ação na medida em que se trata de um problema real e que a sociedade local tem demandado ações pontuais.



Figura 1 | Localização do município de Santa Helena, no oeste do Paraná

Fonte: Elaboração própria.

O processo de aprendizado pode ocorrer de forma individual ou em grupo. Segundo Armitage *et al.* (2011), um foco apenas no indivíduo negligencia o contexto social e institucional em que ocorre a aprendizagem. Segundo Pohl *et al.* (2010), há duas formas de coprodução de conhecimento: mediada e *agora*. A primeira ocorre por meio de uma mediação para facilitar o diálogo e entendimentos compartilhados entre atores acadêmicos e não acadêmicos. A segunda, de nosso interesse e norteadora de nossa pesquisa, compreende esforço colaborativo, de modo a confrontar “visões de mundo umas das outras em um espaço social e intelectual propositalmente aberto” (POHL *et al.*, 2010, p. 276). Em particular, nesse segundo processo, os participantes são deliberadamente “chamados a lidar com os desafios sociais e cognitivos de acomodar visões de mundo contrastantes” (HARVEY; COCHRANE; VAN EPP, 2019, p. 112).

Assim, foram realizadas duas oficinas com o grupo de mulheres rurais, compreendendo seis mulheres, um homem (marido de uma das integrantes) e uma criança (neta de uma das integrantes). Para as oficinas, foram convidados os demais integrantes das famílias, o que explica a presença de um homem e de uma criança. A faixa etária dos participantes adultos era de 42 a 68 anos. O propósito era de que as trocas se tornassem gatilhos de reflexão sobre a sua realidade, visto que ouvir a história do outro é um meio para repensar a própria. Essa escolha metodológica buscou incentivar o diálogo intergênero, permitindo que o aprendizado durante o treinamento fosse mais facilmente socializado no interior da família e da comunidade por meio de métodos participativos.

De forma resumida, houve duas oficinas com as mulheres rurais, realizadas em espaço disponibilizado pela escola municipal, no qual o grupo de mulheres já vinha realizando encontros para o desenvolvimento de outras atividades. A primeira oficina consistiu na aproximação inicial, em que a equipe se apresentou e expôs a proposta para os encontros, convidando as mulheres e suas famílias a participarem, tendo o consentimento e aceite. Nessa oportunidade, as mulheres foram consultadas sobre a autorização para utilização e divulgação das informações construídas durante as oficinas, documentando a autorização para isso.

Todas as mulheres, as quais já participavam de atividades promovidas pelo Cras, são casadas e têm filhos. Dentre elas, tem-se a informação de que pelo menos duas sofreram abusos sexuais na infância e na adolescência, e, em alguma medida, todas já apresentaram relatos e depoimentos de violência psicológica no âmbito familiar.

Essas mulheres se identificam como donas de casa, realizam atividades produtivas nas propriedades, muitas vezes se autodefinindo como “ajudantes” dos companheiros, mas assumindo a responsabilidade de educação e do cuidado com os filhos, no contexto doméstico com roupas, comida e higiene do ambiente familiar, além do cuidado com pequenas hortas e criação de alguns animais. A renda que cabe a elas advém de assistência do governo federal para aquelas com filhos em idade escolar, e da dependência da renda gerada pelo marido na venda de produtos ou de serviço. Nenhuma das mulheres comercializa produtos em específico.

A segunda oficina teve três momentos. O primeiro contou com um cartaz contendo a pergunta: “O que te faz feliz?”. Todos os presentes participaram do diálogo, enquanto as estudantes faziam o registro no cartaz. A cada repetição de aspecto motivador de felicidade, um asterisco era incorporado no cartaz. Durante e ao fim da confecção do cartaz, foi possível encontrar semelhanças no grupo, o que permitiu construir um amálgama de afinidades.

O segundo momento consistiu em um processo de identificação de valorização do trabalho produtivo das mulheres, elencando todas as atividades realizadas por elas e, posteriormente, estabelecendo um valor monetário³ para tais, a fim de refletir sobre o valor do trabalho realizado e ocultado nos núcleos familiares pelos trabalhos remunerados.

O terceiro momento compreendeu a aplicação da técnica Café Mundial (*World Café*), que consiste em uma técnica de facilitação de diálogo desenvolvida em 1995, por Juanita Brown e David Isaacs. Essa ferramenta capacita grupos a terem acesso a uma inteligência colaborativa, que se torna cada vez mais potente na medida em que as trocas de lugares e de conhecimentos acontecem (BROWN; ISAACS, 2007; FERNANDES, 2015). Os quatro pressupostos que norteiam o Café Mundial, apresentados e estabelecidos desde o início das atividades são: 1) Ninguém é igual a ninguém; 2) Ninguém é melhor do que ninguém; 3) Ninguém é dono da verdade; e 4) Todos têm com o que contribuir. Técnicas de facilitação podem ser um caminho para engajar pessoas em conversas difíceis sobre assuntos complexos. Essa técnica contribuiu de maneira efetiva para alcançar os objetivos desejados com a oficina.

Esquivel Gámez *et al.* (2014) apontam que, apesar de a técnica ser recomendada especialmente para grupos maiores de pessoas, sua aplicação em pequenos grupos apresentou bons resultados, gerando ambiente agradável e trabalhos colaborativos. Para a promoção de espaço de coprodução de conhecimento, os participantes foram divididos em dois grupos, ambos munidos com canetas coloridas e giz de cera, para que desenhassem sobre um cartaz entregue a cada grupo, contendo a seguinte pergunta: “Como era ser jovem, mulher e homem na época dos seus avós?”. A escolha de desenho em vez da escrita se deve ao fato de que algumas das participantes não sabem escrever, ou apenas o fazem para o próprio nome.

A riqueza da coprodução está principalmente no processo de elaboração dos desenhos, momento em que havia diálogos e reflexões sobre o que seria expresso para representar resposta àquela pergunta. O diálogo posterior permitiu amadurecimento, especialmente pelo contraste com a atualidade e com o futuro almejado.

As estudantes atuaram como facilitadoras, incentivando e motivando a participação de todos durante o processo. Em razão de tratar-se de pequeno grupo, após a conclusão da atividade, foi realizada roda de apresentação e de diálogo sobre as respostas à pergunta orientadora.

Os principais resultados alcançados foram identificados a partir dos diálogos construídos durante as atividades e as apresentações dos desenhos, os quais estão descritos e analisados na sequência. Para essa análise, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo (CRESWELL, 2014), uma vez que, durante a produção dos desenhos e das apresentações, todos os participantes apresentaram suas simbologias e histórias por trás de cada imagem, permitindo que refletissem coletivamente sobre o passado, o presente e o que almejam para o futuro.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Particularmente, no estado do Paraná, no sul do Brasil, a presença feminina no meio rural reduziu drasticamente desde a década de 1980, quando foram registradas mais de 1.507.424 mulheres residindo no meio rural, o equivalente a 19,76% da população rural (IBGE, 2011). Ao observar essa mesma relação para o município de Santa Helena, na costa oeste do estado, o montante significava 38,14% para o mesmo período. No entanto, o êxodo rural, protagonizado especialmente por mulheres e jovens, conduziu a um contexto em que a presença feminina representava, em 2010, 6,96% no estado e 22,8% no município de Santa Helena, evidenciando marcante redução (IBGE, 2011). Em particular, nesse cenário, a ausência de dados mais atualizados e a existência de grupos específicos para atendimento de mulheres motivaram a realização do projeto de extensão.

Os resultados alcançados até o momento podem ser entendidos sobre dois aspectos: da equipe coparticipante e do público envolvido. A respeito da equipe executora, pode-se destacar que a oportunidade dos espaços de leitura e diálogo prévio às oficinas oportunizaram especial amadurecimento das estudantes que vêm atuando no projeto. Esse resultado torna-se essencial ser tratado, na medida em que isso implica o perfil profissional dessas jovens estudantes, que, por meio do compartilhamento de experiências e trajetórias, transformaram seu modo de ver o indivíduo, capacitando-as com um olhar mais humano perante questões profissionais que virão a encontrar no mercado de trabalho. A esse respeito Esquivel Gámez *et al.* (2014, p. 414) – ao aplicarem a técnica do Café Mundial em programas de estudos na área de Tecnologia de Informação (TI) –, concluem que a aproximação dos dois mundos estudados, a universidade e o mundo dos negócios, “é vital para o aprimoramento das competências do graduado”, de modo que certamente aumentará as possibilidades de criar condições para o desenvolvimento do futuro profissional.

A respeito do público atendido, o especial interesse das mulheres nas oficinas pode ser constatado pela pronta resposta positiva quando o convite foi realizado, principalmente pelo aspecto de o convite ser extensivo aos companheiros e pessoas com quem dividem a casa para que participassem da atividade. Apesar da baixa adesão dos companheiros, as mulheres participaram com entusiasmo da atividade, compartilhando suas histórias e experiências.

Na oficina seguinte, foi possível compreender que esse anseio pela participação dos demais integrantes da família significava a necessidade de espaço de fala, mesmo que a maneira da fala seja por meio de desenhos, e não propriamente pela verbalização. Isso porque verbalizar é um passo que está em construção para algumas das mulheres participantes da oficina, seja por medo da reação do ouvinte, ou pela incerteza das consequências de sua fala. Na oficina com a participação das famílias, foi possível confrontar, de forma respeitosa e construtiva, os contrastes das respostas entre o homem/marido participante e as mulheres especialmente. É importante observar que a ausência dos demais companheiros, em um primeiro momento, pode ser compreendida a partir da perspectiva do trabalho, de modo que estes não podiam abandonar as atividades executadas na propriedade. Porém, quando refletimos a partir da ótica das relações de gênero – definida conceitualmente por Scott (1991) –, é possível analisar que as mulheres, pelo menos nessa comunidade estudada, estão mais propensas a refletir sobre suas vidas do que os homens.

Tendo em vista que durante a oficina seria necessário falar sobre si, retomar memórias da infância e da vida em comunidade, a estrutura social também acaba impactando esses homens, isto é, demonstrar sentimentos, ou até mesmo algum tipo de fragilidade em público, não condiz com os preceitos de masculinidade esperados do homem rural (CONNEL, 2018; VIVEROS VIGOYA, 2018). A primeira atividade da oficina, que consistiu em diálogo sobre “O que faz você feliz”, possibilitou que o grupo reunido, estudantes, agentes do Cras, mulheres e um homem, vislumbassem as semelhanças e valores em comum (Figura 2).

A preponderância dos laços familiares como mecanismo de reconhecimento social e a importância do trabalho, para o sentimento de inclusão e pertencimento, surgiram como principais valores apontados

pelos participantes na dinâmica. Pensando especificamente sobre o relato das mulheres, para além de fatores econômicos, o trabalho é caracterizador e fomentador de suas identidades como mulheres rurais, como sujeitos na estrutura produtiva. Nesse sentido, o trabalho é um valor transmitido de geração para geração, desde tenra idade, sendo a família compreendida como responsável principal nesse processo de aprendizagem dos ofícios e valores que se seguirão por toda a vida, nos quais desde a infância se aprende sobre o cuidado com os animais, trabalho doméstico, atividades agrícolas, etc. (MORAES, 2020).

Entre as concepções compartilhadas, um aspecto relevante diz respeito à imagem do que essas mulheres compreendem como lazer. Em contraste às respostas das estudantes, das agentes do Cras e do homem, as mulheres rurais vislumbram o lazer como atividades em que possam sair de casa, uma vez que o “lar” é também espaço de trabalho. Portanto, estar em casa é sinônimo de trabalho. As mulheres identificaram essa diferença ao compreenderem que quem trabalha fora de casa quer ficar no seu lar, quando tem oportunidade, em especial como lazer. Diante disso, ao retomar a questão da ausência dos companheiros da maioria das participantes da oficina, tal compreensão corrobora o entendimento do porquê há uma maior disponibilidade feminina para participar de atividades como essas. Enquanto os homens, em decorrência das atividades comerciais, tendem a circular mais na esfera pública, há uma propensão das mulheres estarem condicionadas à esfera privada, que, no caso rural, seria a propriedade familiar e o espaço doméstico (SPANVELLO; MATTE; BOSCARDIN, 2016; SPANVELLO *et al.*, 2021). Para tanto, encontros como esses possibilitam que elas saiam da realidade cotidiana de trabalho doméstico e da lavoura.

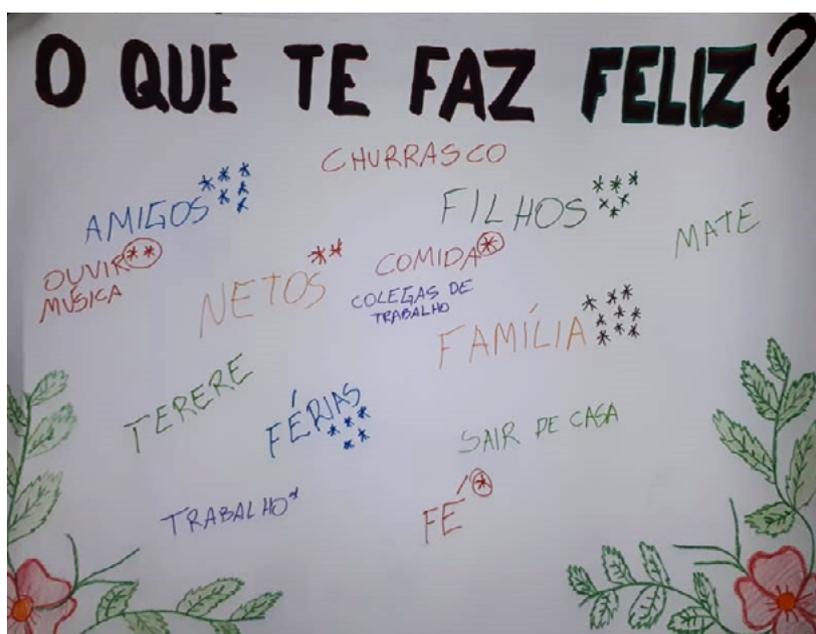


Figura 2 | Dinâmica de conexão do grupo

Fonte: Registro dos autores durante as atividades de extensão.

Assim, a dinâmica resultou em mudança de postura das mulheres participantes durante a própria oficina, no sentido de sentirem-se valorizadas ao identificarem, por conta própria, e com a presença de outras pessoas da família, o valor do seu trabalho. Em revisão sobre o valor do trabalho produtivo e reprodutivo, Herrera (2017) aponta que reverter essa situação perpassa por arranjos institucionais formais e informais que atendam a espaços reprodutivos ocupados pelas mulheres rurais, como creches, escolas, hospitais, entre outros. Portanto, ao privilegiar a produção mercantil de bens e serviços, ficam invisibilizadas as atividades materiais e imateriais “dirigidas ao bem-estar emocional das pessoas, particularmente o trabalho familiar doméstico”, reforçando a necessidade de reinterpretar o entendimento de trabalho doméstico (MELO; CASTILHO, 2009, p. 154).

A esse respeito, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNADc (IBGE, 2018) apontam que a taxa de realização de afazeres domésticos é de 92,2% para mulheres. A média de horas dedicadas aos afazeres domésticos e/ou aos cuidados de pessoas foi de 23,8 horas por semana para mulheres e 12 horas para homens (IBGE, 2018). Na continuidade das atividades, os resultados da terceira dinâmica estão ilustrados na Figura 3.

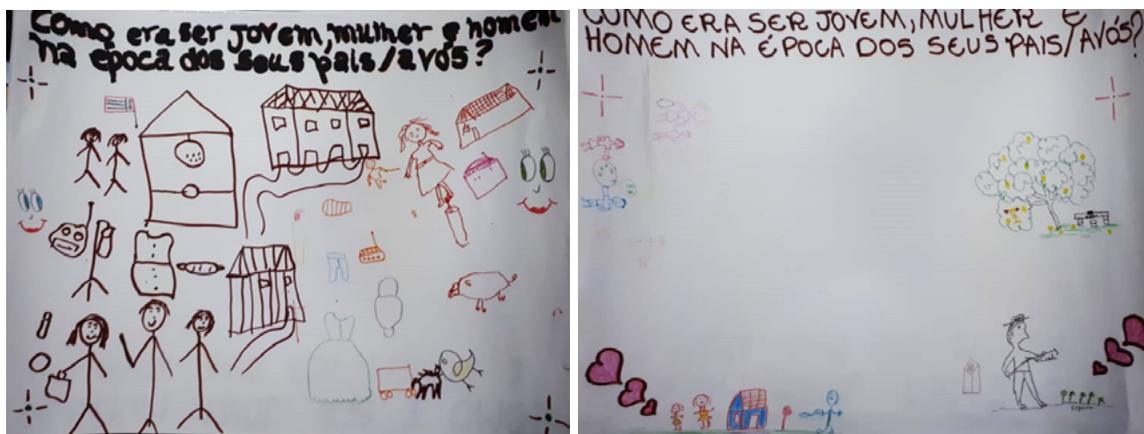


Figura 3 | Resultado da oficina de desconstrução sobre “Como era ser jovem, mulher e homem na época dos seus pais/avós?”

Fonte: Registro dos autores durante as atividades de extensão

Entre os desenhos, as mulheres apresentam imagens que remetem a uma infância próxima de animais, da criação animal e de aprendizados domésticos (como fazer pão e cozinhar). Também ilustram os espaços que remetiam à alegria, como a sombra de uma árvore, comer frutas e brincar com animais e com plantas.

Os resultados mostram, de maneira geral, uma infância, para muitas mulheres, marcada por violência física e psicológica, com resquícios na personalidade atual, segundo elas mesmas, especialmente representados pelo medo e pelo silêncio. Isso é confirmado pelas expressões nos desenhos, que mostram pais com instrumentos de agressão, como no canto inferior da segunda imagem, um boneco representando um homem com uma “soiteira” (instrumento feito com uma tira de couro bovino trançada, amarrada a um pedaço de madeira, utilizada mormente para manejar bovinos). No canto inferior da primeira imagem, há três figuras representando pessoas, a segunda delas é um homem com uma “vara” para castigar e “educar”, segundo a mulher que realizou o desenho.

No que concerne à violência contra a mulher, dados apresentados no segundo Plano Estadual dos Direitos da Mulher 2018-2021 do Paraná apontam para um aumento generalizado da violência contra a mulher, em que o número de homicídios de mulheres por agressão cresceu, entre 2001 e 2015, representado na taxa de 26,61 mortes por 100 mil habitantes (SANTOS; REZENDE; MARTINS, 2018). Ainda segundo as autoras, o principal tipo de violência registrado é o físico, representado por 39,33% dos registros, seguido de violência psicológica e moral com 24,29% dos casos. Portanto, esse projeto de extensão atende a uma demanda local, mas também global, na medida em que o tema da violência emerge como resultado da infância, mas também permite debatê-lo na atualidade e na presença de outros integrantes da família, assim como entre as próprias mulheres.

É importante entender que as mulheres participantes da oficina estão invisibilizadas como fruto de uma sociedade ancorada em lógicas orientadas pelo patriarcado, isto é, a uma forma de organização social e familiar na qual o homem, o patriarca, submete os demais membros da família ao seu poder (COLLING; TEDESCHI, 2019). Esse sistema de poder compreende uma série de normativas que acabam por arbitrar as relações, inferindo sobre a sociedade como um todo e especialmente dentro dos núcleos familiares (AGUIAR, 2000). A lógica patriarcal permanece na vida e na política brasileira, de modo que “a posição da mulher, na família e na sociedade em geral, desde a colonização até hoje, demonstra que a família patriarcal foi uma das matrizes de nossa organização social atual” (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 1).

Entretanto, é fundamental entender como se reproduzem as assimetrias de poder baseadas no gênero, que aloca essas mulheres em situações de vulnerabilidade e ocultam seu valor. O que os resultados apontam são trajetórias de opressão, aliadas a casamentos que reproduzem experiências familiares anteriores. A existência desse grupo de mulheres e a atuação do Cras apontam a criação de medidas locais de combate a essa desvalorização. Mesmo assim, as profissionais relatam o desafio de disporem de uma equipe pequena para a necessidade de um acompanhamento tão próximo, especialmente pelos relatos frequentes de violência e do quanto essas mulheres veem no grupo um espaço de acolhimento e de segurança. Porém, evidenciam a inexistência de ações voltadas para a construção de autonomia por meio da integração da família e da própria sociedade. Isso não anula e não oculta a criação de políticas de crédito, como o Pronaf Mulher (SILVA *et al.*, 2015; SPANEVELLO *et al.*, 2021), e de assistência social, como o Bolsa Família, que foram eficientes para modificar esse cenário em diferentes contextos do território brasileiro (COUTO, 2020; FRIZZO, 2017; WILLIAMS, 2014). No caso do grupo de mulheres foco dessa ação de extensão, o Bolsa Família representa a principal política acessada e com importante apoio a essas mulheres.

Aliado a isso, nos desenhos são encontrados símbolos atrelados ao trabalho doméstico, especialmente com poucas atividades que associem a infância a brincadeiras. Isso pode estar relacionado ao fato de a entrada como força de trabalho no meio rural ser precoce, normalmente ocorrendo entre os oito e dez anos de idade (HEREDITA; GARCIA; GARCIA JR., 1984), associado ao encargo do desenvolvimento de atividades relacionadas às tarefas domésticas, como o cuidado da casa e dos irmãos mais novos, desde tenra idade. Em particular, o olhar sobre a infância para o único homem participante da atividade consistiu em brincadeiras como caça e pesca, sem relação com trabalhos domésticos ou recordações de violência.

Sem dúvida alguma, o espaço de coprodução de conhecimento, por meio da troca de experiências durante as oficinas, permitiu que os envolvidos pudessem retomar suas próprias histórias de vida, o que muitas vezes acabou por despertar memórias saudosas dos tempos passados, enquanto, em outros momentos, foram associados a lembranças dolorosas, e, por vezes, traumáticas, que, ao serem compartilhadas, puderam ser trabalhadas e ressignificadas. Diante disso, entre as mulheres, observa-se que os aspectos que emergiram relacionam-se à penosidade do trabalho à época, à falta de oportunidade e de espaço de fala, e aos relacionamentos “arranjados”, muitas vezes abusivos.

Para as mulheres, suas experiências na infância influenciam significativamente como agem hoje enquanto mães e avós. Para elas, atitudes que ofereçam segurança e liberdade de escolha para que suas filhas/netas possam escolher seus relacionamentos e tomar suas decisões profissionais são medidas para protegê-las de passarem por situações que as oprimiram.

Por outro lado, o homem participante da atividade pouco compactuou com esses elementos, considerando que o cenário atual preocupa, uma vez que indica que “perderam o controle” sobre alguns aspectos das relações sociais, ou seja, para ele havia um controle social, mesmo que pela opressão, ausente na dinâmica social atual. Para as mulheres, isso significa liberdade de escolha e autonomia; para homens, perda de poder. O interessante da presença feminina é que, ao contrário do que se possa imaginar, o homem não inibiu a participação das mulheres, pelo contrário, ele mostrou-se mais inibido, enquanto elas sentiam-se no seu espaço de fala. Mesmo assim, não impediu que ele manifestasse seu entendimento de que havia mais “controle” há algumas décadas. Esse resultado foi importante, pois as mulheres argumentaram o ponto de vista delas, especialmente sobre a falta de liberdade com relação a decidir sobre patrimônio e escolha profissional.

Portanto, nas oficinas, os marcadores de gênero são pontuados nas reflexões dos envolvidos, de modo que as mulheres tendem a ressignificar um passado de vida marcado pelo trabalho, pela ausência de autonomia e de valorização, enquanto os homens tendem a assimilar a perda da hegemonia masculina. Perceber essas relações de gênero no discurso de homens e mulheres possibilita identificar elementos percursores da situação das mulheres em contextos rurais, bem como de criar alternativas que visem

promover uma igualdade de gênero, em que tantos os sujeitos femininos quanto os masculinos percebam sua extrema importância na organização social e não a compreendam como uma ameaça às relações de poder historicamente estabelecidas.

Hooks (2020, p. 30) afirma que “a conscientização feminista para homens é tão essencial para o movimento” quanto para o grupo de mulheres, de tal modo que sem a presença masculina como aliada à luta o movimento tende a não progredir. Em especial, é preciso compreender as relações de poder que orientam as dinâmicas internas das famílias, como também das comunidades rurais em que estão inseridas, ou seja, se a vulnerabilidade de gênero não é natural, mas sim construída social e culturalmente, ressignificar essa relação é um caminho possível (SALES, 2007; SOARES, 2017). Assim, os resultados permitem constatar que a autonomia das mulheres ainda é recente na sociedade brasileira e necessita de importantes avanços, em especial no tocante à participação de outros atores sociais e de maiores investimentos em políticas públicas que visem promover a igualdade de gênero no meio rural, de modo a não reduzir essas questões para apenas uma luta das mulheres.

Os resultados permitem explicar que, na verdade, “empoderar” mulheres não é necessariamente sinônimo de fixar mulheres e as meninas no campo, como dizia Freire (1987), é fundamental gerar condições para que elas possam escolher livremente, e de maneira informada, o que elas querem fazer para viver dignamente (no campo ou na cidade). Assim, empoderar compreende processos que permitam que as mulheres possam viver a vida da forma que almejam, sem balizas impostas pela opressão de gênero e patriarcal, como refletido por Sardenberg (2006). Essa mudança, apesar de gradativa, está ocorrendo conforme apontam os dados do Censo Agropecuário. Em 2006, havia sete estabelecimentos dirigidos por mulheres com formação no ensino superior completo no município de Santa Helena (IBGE, 2006). Em 2017 esse número dobrou, e atualmente são 14 mulheres que dirigem estabelecimentos agropecuários com ensino superior completo (IBGE, 2019). Essa realidade também é encontrada no cenário do território brasileiro, a começar pelo número de estabelecimentos agropecuários dirigidos por mulheres, que contabilizavam 656.255, em 2006, e atualmente somam 946.075, um aumento na taxa de 31% para o período (IBGE, 2006, 2019).

Tais resultados vão ao encontro da análise e projeção que os participantes apresentam ao analisar a vida adulta no passado, a realidade atual e a projeção, especialmente para filhos(as) e netos(as). Após todas as atividades realizadas, ao fim do encontro, as mulheres apresentaram postura distinta, com entendimentos compartilhados sobre a necessidade de as filhas estudarem e poderem escolher seu destino dentro das condições disponíveis, uma vez que as regras que orientavam o futuro no passado as regem com menor intensidade quando comparadas com suas mães e avós.

CONCLUSÕES

A hipótese norteadora da observação participante resultante do projeto de pesquisa é a de que, quando dadas as oportunidades de coconstruir ou coproduzir soluções de maneira participativa e em um ambiente propício, as mulheres historicamente marginalizadas no campo conseguem articular e expressar seus desafios e visualizar futuros desejáveis, incluindo caminhos para alcançar esse futuro de maneira livre e informada. Os resultados permitem confirmar essa hipótese, na medida em que as mulheres vivenciam e executam essas premissas nos espaços de diálogo estabelecidos.

O uso de metodologias participativas para estabelecimento de espaço de coprodução de conhecimento tem cultivado importantes sementes, que fomentam reflexões nos núcleos familiares e, especialmente, nas mulheres rurais a respeito do seu protagonismo e importância. Romper com crenças e padrões socioculturais é desafiador, e nosso desafio é incentivar novas formas de olhar o protagonismo feminino em meio ao contexto rural.

Embora a preocupação central, ao longo desta discussão, seja a de explorar o potencial das redes de diálogo como ferramenta de superação do lugar de marginalização ocupado por elas na estrutura rural, é importante esclarecer que as relações sociais e de gênero não são estáticas e hierarquizadas nesses contextos rurais, uma vez que se modificam conforme aspectos sociais e culturais. Notoriamente, a estrutura patriarcal enraizada no meio rural faz com que as mulheres estejam submetidas a questões como invisibilidade de sua força de trabalho, ausência de tomada de decisão, bem como a fatores de acesso à educação e até mesmo de casamento, mas seria errôneo as análises se limitarem a oprimidos e opressores. Portanto, as recomendações são para o fomento de ações e políticas que propiciem espaços para que as mulheres possam ressignificar, por meio da coprodução de conhecimento, seu papel na sociedade e no núcleo familiar. Mais do que isso, a necessidade desse diálogo ocorrer, inclusive, com os homens que, devido às estruturas históricas que os orientam, as incentivam a permanecerem na situação de invisibilidade do seu valor produtivo e reprodutivo.

As ações de extensão nas universidades têm possibilitado o reconhecimento da UTFPR em ações que visam atuar em problemas reais, demonstrando que o profissional agrônomo que atua em ações de extensão participativa é diferenciado na medida em que tem olhar holístico sobre o rural ao reconhecer a importância de aspectos socioculturais e de categoriais sociais produtivas comumente marginalizadas e invisibilizadas.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Centro de Referência de Assistência Social (Cras) de Santa Helena/PR, em particular às assistentes sociais Andreia Henrichs e Nágila Goeller, e à UTFPR a bolsa concedida. Agradecimento especial às mulheres rurais e suas famílias, que aceitaram participar das oficinas e compartilhar suas histórias conosco.

Este trabalho teve o apoio do Projeto INCT/Odisseia-Observatório das dinâmicas socioambientais: sustentabilidade e adaptação às mudanças climáticas, ambientais e demográficas (chamada INCT – MCTI/CNPq/Capes/FAPs n.16/2014), com suporte financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) processo 465483/2014-3; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) processo 23038.000776/2017-54; e Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF) processo 193.001.264/2017.

NOTAS

¹ Particularmente, a ideia de realizar o projeto de extensão que culminou na observação participante desta pesquisa é fruto de uma demanda local, diante da existência de grupos de mulheres rurais sendo assistidas por organizações preparadas para amparo psicossocial, aliada ao interesse das estudantes e docente envolvidas na ação.

² Cornelius Castoriadis cunhou o conceito de imaginário social, comumente utilizado para expressar representações sociais enraizadas nas instituições que orientam as sociedades. Para mais informações, consultar Rodrigues (1998).

³ A atividade envolveu a realização de cálculo do valor financeiro do trabalho das mulheres rurais, por meio de levantamento de todas as atividades realizadas por elas, entre as quais foram elencadas: preparar as refeições, realizar a limpeza da casa (do lar), lavar e passar roupa, cuidar de filhos/netos, cuidados com a horta e pequenos animais, etc. Após elencar todas as atividades que exercem, foi atribuído um valor estimado que seria pago a uma pessoa que realizaria a atividade correspondente utilizando como hipótese a ausência da mulher, chegando a uma estimativa do valor monetário do trabalho doméstico, comumente invisibilizado nos núcleos familiares.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, N. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. **Soc. Estado**, v. 15, n. 2, Dez. 2000.
- ARMITAGE, D. *et al.* Co-management and the co-production of knowledge: learning to adapt in Canada's Arctic. **Global Environmental Change**, v. 21, n. 3, p. 995-1004, August. DOI: 10.1016/j.gloenvcha.2011.04.006.
- BARCELLOS, V. G. **Coprodução, conhecimento e o comum**. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
- BONI, V. **Produtivo ou reprodutivo**: o trabalho das mulheres nas agroindústrias familiares – um estudo na região oeste de Santa Catarina. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2005.
- BROWN, J.; ISAACS, D. **O World Café**: dando forma ao nosso futuro por meio de conversações significativas e estratégicas. São Paulo: Cultrix, 2007.
- BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura no Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, 2004, p. 205-227.
- CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 45-66, jul./dez. 1998.
- COLLING, A. M.; TEDESCHI, L. A. Patriarcado. In: COLLING, A. M.; TEDESCHI, L. A. **Dicionário crítico de gênero**. 2. ed. Dourados, MS: Editora da Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.
- CONNELL, R. Prefácio. In: VIVEROS VIGOYA, M. **As cores da masculinidade**: experiências interseccionais e práticas de poder na nossa América. Tradutor Allyson de Andrade Perez. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.
- COURDIN, V.; LITRE, G.; CORREA, P. Desarrollo sostenible y transformaciones en la organización del trabajo femenino rural: el caso de las mujeres ganaderas del Uruguay. **Sustentabilidade em Debate**, v. 5, n. 2, p. 55-75, 2014. DOI: 10.18472/SustDeb.v5n2.2014.10714.
- COUTO, M. C. A. **Empoderamento feminino e políticas de transferência condicional de renda**: uma avaliação do Programa Bolsa Família. 2020. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Economia, Uberlândia, 2020.
- CRESWELL, J. N. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.
- DEERE, C. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 175-204, 2004.
- ESQUIVEL GÁMEZ, I. *et al.* Aplicación de la dinámica grupal Café Mundial, a la actualización de un programa de estudios del área de TI. **Academia Journals**, San Antonio, Texas, v. 6, n. 4., p. 409-414, sep. 2014.
- FAGUNDES, C. C.; SPANEVELLO, R. M.; MATTE, A. Mulheres rurais e as contribuições do uso do crédito rural. In: **A Contabilidade como instrumento de gestão**. Ponta Grossa/PR: AYA Editora, 2021, p. 91-107.
- FERNANDES, M. E. S. A. C. **O World Café e o aprendizado pelo diálogo**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2015.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIZZO, D. **O impacto do Programa Bolsa Família na vida de mulheres beneficiárias**. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Passo Fundo, Programa de Pós-Graduação em Direito, Passo Fundo/RS, 2017.

HARVEY, B.; COCHRANE, L.; VAN EPP, M. Charting knowledge co-production pathways in climate and development. **Environmental Policy and Governance**, London, v. 29, n. 2, p. 107-117, mar/abr. 2019.

HEREDIA, B.; GARCIA, M. F.; GARCIA JÚNIOR, A. O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas. *In*: AGUIAR, N. **Mulheres na força de trabalho na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1984.

HERRERA, K. M. Repensando o valor social do trabalho das mulheres rurais. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11., 2017, Florianópolis, **Anais [...]** Florianópolis: Mundos de Mulheres, 2017.

HORA, K.; NOBRE, M.; BUTTO, A. **As mulheres no Censo Agropecuário 2017**. Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra): Friedrich Ebert Stiftung, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Populacional 2010**. Bancos de Dados, Sidra, Tabela 200. Brasília: IBGE, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**. Sidra, Tabela 767. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**. Sidra, Tabela 6756. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc)**. Outras formas de trabalho 2018. Rio de Janeiro: IBGE. 16p. 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101650_informativo.pdf. Acessado em: 20 Fev. 2021.

JASANOFF, S. **Science and public reason**. Londres: Routledge, 2012.

JASANOFF, S. Technologies of humility. **Nature**, v. 450, p. 33, 2007. DOI: 10.1038/450033a.

JASANOFF, S. **The Fifth Branch: science advisers as policymakers**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

LINDOSO, D. P. *et al.* **Uma Odisseia no campo socioambiental da pesquisa transdisciplinar: bases epistemológicas para a coconstrução do conhecimento do projeto INCT-Odisseia, estudo de caso do Baixo São Francisco**. Texto para Discussão (Série Working Papers Nº. 5), Brasília, 2020. Disponível em: <http://inct-odisseia.i3gs.org/wp-content/uploads/2020/10/Working-Paper-1.pdf>. Acessado em: 20 Fev. 2021.

LISBOA, T. K.; LUSA, M. G. Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero – Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, n. 3, p. 871-887, 2010.

LITRE, G. Scientific Uncertainty and Policy Making: how can communications contribute to a better marriage in the global change arena? *In*: BRAIMOH, A. K., HUANG, H. Q. (Org.). **Vulnerability of Land Systems in Asia**. Chichester, West Sussex, UK; Hoboken, NJ: Wiley Blackwell. p. 311-319, 2015.

LITRE, G.; CURTI, M. **A Força da Mulher no Campo: protagonismo feminino e sustentabilidade rural**. Brasília: IABS, 2018.

MELO, H. P.; CASTILHO, M. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? **R. Econ. contemp.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 135-158, jan./abr. 2009.

MOLNÁR, Z. *et al.* Knowledge co-production with traditional herders on cattle grazing behaviour for better management of species-rich grasslands. **Journal of Applied Ecology**, v. 57, n. 9, p. 1677-1687, sep. 2020. DOI: 10.1111/1365-2664.13664.

MORAES, M. **História Oral, Memória e Geração**: narrativas de mulheres rurais do município de Lagoão-RS (1942-2019). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2020.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicol. Soc.**, v. 18, n. 1, Abr. 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Nações Unidas Brasil. ONU Mulheres. **FAO lança quarta edição da campanha “Mulheres Rurais, Mulheres com Direitos”**. Publicado em 08/03/2019. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1184620/>. Acessado em: 20 Fev. 2021.

POHL, C. *et al.* Researchers’ roles in knowledge co-production: experience from sustainability research in Kenya, Switzerland, Bolivia and Nepal. **Science and Public Policy**, v. 37, n. 4, p. 267-281, 2010. DOI: <https://doi.org/10.3152/030234210X496628>

RODRIGUES, H. B. C. Cura, culpa e imaginário radical em Cornelius Castoriadis: percursos de um sociobárbaro. **Psicol.**, USP, São Paulo, v. 9, n. 2. 1998.

SAITO, C. H.; NOGUEIRA, D. Gênero: uma abordagem necessária para a gestão das águas. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 8, n. 3, p. 13-15, dez. 2017.

SALES, C. M. V. Mulheres Rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 437-332, mai/ago. 2007.

SANTOS, R.; REZENDE, T. Z.; MARTINS, M. B. **Plano Estadual dos Direitos da Mulher: 2018-2021**. Curitiba, PR: Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social (Seds), 2018.

SARDENBERG, C. M. B. Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: TRILHAS DO EMPODERAMENTO DE MULHERES – PROJETO TEMPO, 1., 2006, **Anais [...]** Salvador, BA: NEIM/UFBA, 2006.

SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Tradução Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: SOS Corpo, 1991.

SILVA, M. R. *et al.* Mulheres do Sertão: avaliação dos impactos do Pronaf Mulher para a autonomia feminina do semiárido cearense. *In*: CHACON, S. S.; NASCIMENTO, V. S.; LIMA JÚNIOR; J. F. (Org.). **Participação, Protagonismo Feminino e Convivência com o Semiárido**. Rio de Janeiro: Garamond, IABS, 2015. p. 11-34, 2015.

SOARES, D. Vulnerabilidad y género: un acercamiento a los riesgos de desastres desde el sur de México. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 8, n. 3, p. 51-63, 2017.

SPANVELLO, R. M. *et al.* Contribuições do acesso ao crédito rural: uma análise entre mulheres no norte do Rio Grande do Sul. **Revista Grifos**, v. 30, p. 212-235, 2021.

SPANVELLO, R. M. *et al.* Perspectivas em relação ao destino do patrimônio entre agricultores familiares sem sucessores. *In*: **Agronomia**: jornadas científicas. Guarujá, SP: Editora Científica Digital, 2020, v. 2, p. 149-157.

SPANVELLO, R. M.; MATTE, A.; BOSCARDIN, M. Crédito rural na perspectiva das mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). **Polis** (Santiago. en línea), v. 44, p. 1-15. 2016.

SPECHT, A. A. **Autonomia crítica das mulheres rurais**: a casa pode cair, elas querem voar. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) – Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, Brasília, 2019.

VIVEROS VIGOYA, M. **As cores da masculinidade**: experiências interseccionais e práticas de poder na nossa América. Tradutor Allyson de Andrade Perez. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

WILLIAMS, P. O empoderamento feminino e as mulheres do programa Bolsa Família. **Revista Três Pontos**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, jul. 2014.